

RESUMO

A presente pesquisa busca através do discurso e do projeto político nazista compreender as origens do pensamento conservador contemporâneo e as formas modernas de discriminação e violência, sobretudo as que são decorrentes da ideia de ordem e controle social, assim também como a relação entre o pensamento conservador e a sociedade de massas na crise da modernidade. Definimos nosso objeto em torno da análise do período que abarca do final da Primeira Guerra Mundial, até a expansão e chegada ao poder do Partido Nazista, na década de 1930. Tendo como objeto central a obra *Mein Kampf* de Adolf Hitler, analisaremos como diferentes ideologias concorreram para a criação de uma doutrina, e o papel do antissemitismo nesse processo. Remontamos as origens de diferentes discursos na sociedade alemã, e como esses discursos convergiram em um projeto político. Objetivamos compreender tanto o poder que a articulação de ideias pode ter dentro de um determinado contexto social, quanto as relações entre ideologia e sociedade. Analisamos as formas que o pensamento conservador assume para o reestabelecimento da ordem e do controle social e em última análise compreender como é possível “naturalizar” as diferenças e as práticas discriminatórias, num processo em que o outro é sub-humanizado, subalternizado, e que se legitimam a segregação, a violência e o extermínio.

Palavras-Chave: Nazismo, Modernidade, Antissemitismo, Mein Kampf

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento de transição histórica. A natureza das sociedades é dinâmica, e o processo contínuo de vertiginosas transformações é um dos elementos que melhor caracteriza as sociedades capitalistas. Mas existem momentos na história em que as transformações dão saltos, e as contradições se transformam em conflitos abertos e generalizados. Momentos de esgotamento de um modelo de poder, em que a justificação da dominação se torna ineficiente frente ao esgarçamento da exploração e da exclusão. Surgem novos atores e novas demandas sociais, novas ideias e novas lutas. O capitalismo muda para continuar existindo enquanto sistema, e o entendimento do complexo processo de correlação de poderes e realocação das forças sociais e políticas é um dos grandes desafios para a compreensão do mundo moderno.

Ideias subversivas colidem com os discursos políticos existentes, que passam a ressignificar seus valores e interesses para atender as novas condições sociais e históricas. Os explorados e os excluídos exigem direitos e reconhecimento, as elites reagem para manter o monopólio dos capitais econômicos, culturais e simbólicos, e nas classes médias temem a queda da ordem social. As instituições políticas atravessam uma profunda crise de representação, e mesmo de identidade.

A ação política baseada na intolerância é uma realidade na sociedade contemporânea. Xenofobia, homofobia, racismo, misoginia e higienismo social são formas de intolerância que estão nas ruas e na política institucional. Essas e outras formas de intolerância têm se proliferado, seus adeptos têm se organizado, e as eleições recentes em diversas partes do mundo têm relatado o seu avanço. São raros os países ocidentais que nos últimos anos não têm experimentado o avanço de partidos ou grupos reacionários que baseiam seu discurso na intolerância e na imposição de uma ordem que passa pela exclusão ou o controle das minorias. O nacionalismo e o populismo ressurgem assentando-se sobre um discurso de “proteção” das “legítimas” cultura e economia nacionais.

Como mostra uma reportagem de 29 de Abril de 2012 do jornal *O Estado de São Paulo*:

Segundo um levantamento feito pelo instituto de pesquisa britânico *Demos* com 10 mil simpatizantes do movimento de extrema direita na Europa, o que prevalece entre os eleitores desses partidos é a forte presença de jovens e a noção de que o continente precisa ser protegido. Seja de imigrantes ou, mais especificamente, de muçulmanos. "O antissemitismo era o que unia esses partidos de extrema direita nos anos 20 e 30. Hoje, é a islamofobia que os une", diz Thomas Klau, do Conselho Europeu de Relações Exteriores. A pesquisa foi publicada pouco tempo depois do massacre de Anders Breivik na Noruega, justificando suas ações pela necessidade de proteger a cultura norueguesa. A maioria dos partidos de extrema direita insiste que não aprova tal ação e prefere o jogo democrático, principalmente em um momento que ganham eleitores e eleições. "Há milhares de pessoas desiludidas na Europa hoje", afirmou Jamie Bartlett, que conduziu o estudo. "Estão frustrados com os partidos tradicionais, com as instituições e preocupados sobre seu futuro pessoal", disse. "Encontram, portanto em partidos ativos e motivados respostas simples para seus problemas. Políticos europeus precisam começar a escutar essas vozes e dar respostas", completou. Para analistas, outra constatação é que o discurso desses partidos de extrema direita se sofisticou. Mas não deixou de ser racista. "Partidos estão tentando apresentar a oposição à imigração de uma forma aceitável à maioria das pessoas", alertou Matthew Goodwin, da Universidade de Nottingham. "A nova mensagem é de que não é racismo se opor aos imigrantes se o eleitor está fazendo isso do ponto de vista da defesa dos valores locais", explicou. "O resultado é a explosão de apoio a esses países nos últimos cinco anos, incluindo Escandinávia, onde aparentemente a sociedade estava imune a essa tendência", completou. (CHADE, "Grupos xenófobos já compõem nove governos europeus". O Estado de São Paulo, São Paulo, 29 abr. 2012)

Apesar de ferir os princípios elementares da democracia moderna – como a liberdade e a igualdade – por incitar o racismo e à xenofobia, esses grupos tem adaptado seu discurso e, diante da crise financeira mundial, chegou ao poder nos últimos anos em vários pontos da Europa pelo viés institucional e democrático. Segundo o jornalista Jamil Chade, nove países europeus já têm partidos de extrema direita em suas coalizões do governo central ou como peças fundamentais nos Parlamentos.

Uma pesquisa realizada por Ana Paula Tostes, professora da Michigan State University, nos Estados Unidos, mapeou o crescimento de votos em partidos da nova extrema-direita em eleições nacionais em países membros da União Europeia. A tese da pesquisa é a de que consequências da política regional refletem na preferência do eleitor em eleições nacionais. Os votos nesses partidos na Europa ocidental estão fortemente associados ao fato de que esses partidos possuem uma agenda nacionalista forte, um

posicionamento de resistência à expansão de direitos a imigrantes, à flexibilização de fronteiras e a suposta perda de soberania.

Sendo assim, a pesquisadora argumenta que o "voto intolerante" em partidos políticos que suportam agendas não pluralistas não pode ser explicado apenas por motivações de política doméstica, como tem sido feito. Para ela, a União Europeia e sua política de abertura de fronteiras e extensão de cidadania comum incomoda o eleitor da nova extrema-direita, inclusive quando ele vota em eleições locais. A nova ideologia de extrema-direita, que representa uma nova defesa de idéias autoritárias e de mudança de regras pluralistas e democráticas, tem procurado ganhar espaço e poder político dentro das próprias vias que a democracia oferece: pela representação popular.

Tostes coloca que enquanto a tradicional extrema-direita está relacionada ao fascismo, a nova extrema-direita representa uma nova clivagem política, fruto da "sociedade pós-industrial". Para ela, o que torna curiosa esta nova ideologia de extrema-direita é que, defender a liberdade de imprensa, liberdade de opinião, bem como o fim da censura, faz parte da agenda deste grupo de preferências políticas e ideológicas que se contrapõe aos princípios democráticos de inclusão, pluralismo e diversidade. Em outras palavras, os defensores da extrema direita querem defender a intolerância livremente.

Da mesma forma que grupos conservadores têm buscado recuperar o seu espaço perdido nos últimos anos, surgem novos grupos conservadores, e o viés político é o seu instrumento de luta paralelamente ao discurso de massa. Isso tem se tornado evidente, sobretudo em relação aos grupos religiosos. Sem falar das mais variadas formas de agrupamentos civis que tem se organizado desde a formação de gangues neonazistas até grupos paramilitares que vigiam as fronteiras, e que tem feito vítimas que vão desde imigrantes e minorias sexuais até moradores de rua.

A crise econômica que os países que compõe o núcleo ocidental têm vivido intensamente nos últimos anos, somado aos efeitos vertiginosos da globalização, tem trazido a pauta semelhantes questões que caracterizam o início do século XX: o fator demográfico e as migrações, a xenofobia e o racismo, a radicalização dos movimentos políticos de extrema direita, a guerra como continuação da política. Outro elemento que tem sido um importante agravante desse processo é a chamada Guerra ao Terror, que

tem gerado intensos conflitos entre a sociedade ocidental e a islâmica, da mesma forma que tem legitimado um aumento assombroso do poder do Estado sob o pretexto da proteção nacional.

Para Paulo Fagundes Vizentini, o fenômeno da ascensão dessas formas de política se explica por:

Basicamente, duas razões contribuem para este fenômeno: o enfraquecimento da esquerda europeia e a crise vinculada à globalização neoliberal, que está produzindo o declínio do Welfare state (Estado de bem-estar social). Quanto ao primeiro ponto, pode-se dizer que a política é uma espécie de balança, que não pode estar no centro se não há pesos iguais dos dois lados. O fim da II Guerra Mundial significou um recuo do conservadorismo e da direita. Os Estados Unidos trataram, então, de conter a esquerda, apoiando-se no discurso anti-comunista da Guerra Fria, na Doutrina Truman e no Plano Marshall. Neste contexto, foi criada a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), o pacto militar mais poderoso do planeta, e lançada a reconstrução, que foi administrada geralmente pelos partidos democrata-cristãos, criados para agrupar grande parte da direita e centro-direita. Os socialistas e social-democratas, neste contexto, foram obrigados a moderar-se cada vez mais e aproximar-se do centro, enquanto a sociedade de consumo alienava a população da política ("tudo está bem, então para que fazer política?"). Nos anos 60 esta centro-esquerda ultra-moderada voltou ao poder, administrando o bem-estar social. Quando este se esgotou, no final dos anos 70, a social-democracia também havia perdido sua essência popular e os intelectuais haviam passado da modernidade à chamada pós-modernidade, um movimento filosófico que atualizou e revigorou o pensamento conservador. Então o neoliberalismo implantou-se nestas sociedades e a esquerda social-democrata, no contexto da crise do comunismo, deslocou-se ainda mais para a direita, como forma de tentar recuperar o poder. (VIZENTINI, A extrema-direita, a França e a União Européia. Terra, São Paulo, Abr. 2002)

Para Vizentini, a ascensão da extrema-direita e da política radical baseada na intolerância começou com o esgotamento do neoliberalismo. Podemos destacar também as problemáticas suscitadas pelos efeitos centrípetos da globalização e da economia de mercado que tendem a homogeneização e o interdependenciamento. Também é fundamental a dificuldade de lidar com a multiculturalidade intensificada pelo contato cada vez maior entre as culturas, sobretudo pela migração, e paralelamente existe o surgimento de novas identidades, novos grupos e novas formas de vida, que acabam entrando em confronto com os valores e as normas sociais tradicionais. Existem dois fatores, que mesmo apontando para lados diferentes, reforçam juntos o mesmo fenômeno: de um lado o ceticismo na política e nas instituições, e de outro, a exigência

de setores da sociedade por medidas enérgicas do Estado e posições mais radicais dos partidos políticos.

Cansada do neoliberalismo, a população votou em Blair, Jospin e Schroeder nos anos 90, mas estes simplesmente foram continuadores da política neoliberal, que gerava privatizações, desemprego e desmonte do Welfare state, alegando que o fim da Guerra Fria significava "o fim da História" e, conseqüentemente, o fim do socialismo. Decepcionada e revoltada, a população oscilou entre afastar-se da política e apoiar um populismo de direita que fala forte e aborda abertamente problemas que os governos "politicamente corretos" recusam-se a encarar. Assim, a despolitização da vida social, produzida por uma esquerda acomodada (aliada ao fundamentalismo economicista dos liberais) e por intelectuais e acadêmicos conformistas, possibilitaram a volta da extrema-direita ao cenário eleitoral. Isto foi agravado pela crise social que acompanha o neoliberalismo globalizante, que começa a afetar seriamente a Europa, gerando desemprego e insegurança social. Ao mesmo tempo, a classe política tradicional parece disposta a aceitar a continuidade da supremacia norte-americana sobre o velho continente, mesmo quando esta já não possui mais qualquer funcionalidade histórica. Mas, sem uma esquerda para canalizar este tipo de descontentamento, à uma população desacostumada a fazer política não restou outra alternativa senão recusar-se a votar ou votar na extrema-direita, que possui um discurso crítico. Houve também um expressivo crescimento eleitoral da extrema-esquerda, também fortemente crítica. Os partidos verdes, que também se acomodaram à política dominante, igualmente recuaram no cenário eleitoral. Parcialmente originários dos movimentos pacifistas dos anos 70 e 80, eles apoiaram as guerras promovidas pela OTAN e pelos Estados Unidos, descaracterizando-se aos olhos da população. Por fim, a manipulação da questão do terrorismo tem gerado um efeito adicional que impulsiona a extrema-direita e seu discurso racista. (VIZENTINI, A extrema-direita, a França e a União Européia. Terra, São Paulo, Abr. 2002)

Um exemplo da manipulação da questão do terrorismo é o *Patriot Act*, assinado pelo presidente George W. Bush logo depois dos ataques de 11 de Setembro nos EUA. Uma espécie de lei marcial que dentre outras medidas, dá ao Estado o poder de invadir lares e outras propriedades privadas, espionar cidadãos, interrogar e deter sem acusação formal – deixando inclusive de forma subjetiva a tortura como um instrumento legítimo para a suposta defesa da segurança nacional – de possíveis suspeitos de espionagem ou terrorismo, sem direito a defesa ou julgamento. Em suma, as liberdades civis com esse ato são removidas do cidadão.

Hannah Arendt, Theodor Adorno e Norbert Elias, dentre muitos outros, dedicaram boa parte de suas obras não somente ao estudo dos fenômenos políticos do

seu tempo, mas também a analisar as consequências culturais e sociais dos regimes totalitários, bem como a possibilidade de seu retorno. E esse espectro nunca esteve tão próximo quanto hoje.

Em um artigo recente, o historiador francês Marc Ferro discutiu o retorno do discurso de extrema-direita nos nossos dias e a reedição do livro de Adolf Hitler, *Mein Kampf*. Segundo ele, é importante que haja uma crítica sobre essas formas de pensamento que são atualizadas em nossos dias, para que esses discursos não sejam recebidos pelas atuais gerações de forma acrítica. Para Arendt, Adorno e Elias, autores de perspectivas teóricas e ideológicas distintas, é justamente a inexistência de uma consciência crítica que possibilitaria o retorno dessas ideias, e posteriormente, desses regimes. E para entendermos com maior sentido as contradições do tempo presente, buscaremos compreender as condições sociais, culturais, econômicas e políticas que há um século geraram os diferentes regimes totalitários que se proliferaram de diferentes formas em vários países nas primeiras décadas do século XX.

Buscamos, assim, compreender as origens do pensamento conservador contemporâneo e as formas modernas de intolerância, sobretudo as que são decorrentes da ideia de ordem e controle social, bem como as relações existentes entre o pensamento conservador e sociedade de massas na crise da modernidade.

Definimos nosso objeto em torno da análise do período que abarca do final da Primeira Guerra Mundial, até a expansão e chegada ao poder do Partido Nazista, na década de 1930. Tendo como objeto central a obra *Mein Kampf* de Adolf Hitler, analisaremos como diferentes ideologias concorreram para a criação de uma doutrina, e o papel do antissemitismo nesse processo. Remontamos as origens de diferentes discursos na sociedade, buscando compreender como esses discursos convergiram em um projeto político.

Apesar de o nazismo estar comumente associado a um regime ditatorial, nossa pesquisa se desenvolve no contexto democrático da República de Weimar, em que o partido e o ideário nazistas surgiram e chegaram meteoricamente ao poder. E esse recorte tem uma razão específica: entender como a intolerância e o pensamento totalitário podem emergir no seio de uma democracia, e como também não precisam necessariamente exterminá-la enquanto sistema político para que seus ideais sejam

postos em prática. Procuramos mostrar como não só os regimes totalitários, mas como também as democracias podem comportar uma política intolerante e opressiva.

Hannah Arendt, no seu *Origens do Totalitarismo*, fala várias vezes em “cristalização”. Fazendo incursões sobre diversas questões, como o Antissemitismo e o Imperialismo, que surgindo separadas, Arendt coloca que acabaram convergindo no começo do século XX no fenômeno totalitário. Mas a autora não fala em um momento específico dessa cristalização. No caso do totalitarismo nazista, pensamos que a cristalização de uma série de elementos históricos, econômicos, religiosos e filosóficos dentro de um bloco unitário, de uma doutrina e um projeto político, ocorreu no *Mein Kampf*, tanto no contexto do momento em que ocorreu a sua escrita, assim como as ideias em si que o livro representa. Ele representa justamente a transição, o fim de um ciclo na década de XX, e o início de outro, que só foi encerrado com o final da Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, buscamos contextualizar o livro historicamente, identificando as diferentes problemáticas sobre as quais as argumentações do livro são desenvolvidas. Nesse sentido, demos ênfase as questões próprias da modernidade – os problemas surgidos com os processos de urbanização e de industrialização, tais como: o desenraizamento, a degeneração dos laços sociais orgânicos, o acirramento da luta pela vida na economia de mercado, a proletarização em massa de vastos setores sociais, as dramáticas crises econômicas e o aumento do desemprego, a presença da incerteza e do mal-estar na vida cotidiana – e como elas incidem sobre o contexto histórico no qual Hitler escreveu sua obra. Objetivamos, portanto, compreender o fenômeno da política autoritária e intolerante enquanto uma ideologia capaz de articular os valores e as ideias em um determinado contexto social e político, e as relações entre ideologia e sociedade.

CONCLUSÃO

Hitler surge como um condutor da massa. Através do discurso racial, ele confere identidade a massa, ou seja, dá a massa aquilo que é a sua maior necessidade na modernidade. E através do discurso racial, Hitler reafirma as desigualdades e os valores conservadores. Mas também, através da raça ele expande a dominação da massa para a dominação total da sociedade. Ele substitui os estratos horizontais de classe, por estratos verticais de raça.

No trecho abaixo, é importante ressaltarmos novamente a repulsa de Hitler a democracia ocidental, que é considerada um sistema corrupto por natureza, e que faz com que a superioridade dos grandes homens seja submetida à ignorância da maioria.

Quando, através da Europa, flamejavam os primeiros sinais da tempestade revolucionária, começou também a Áustria a pegar fogo, pouco a pouco. Quando, porém, o incêndio irrompeu afinal, já a fogueira era atizada menos por causas sociais ou políticas que por forças impulsoras de origem racial. Em outra parte qualquer, a revolução de 1848 podia ser uma luta de classes, mas na Áustria já era o começo de um novo conflito racial. Quando o alemão daquele tempo, esquecendo ou não reconhecendo essa origem, se colocava a serviço da sublevação revolucionária, traçava ele próprio o seu destino. Com isso auxiliava o despertar do espírito da democracia ocidental, que, dentro de pouco tempo, teria de subverter-se-lhe a base da própria existência. (HITLER, 1983, p. 57)

A concepção de nação é dada através da junção entre raça e território. A cultura seria imanente a raça; a cultura para Hitler é a ação humana dentro das possibilidades ontológicas de cada raça. A cultura é o ser da raça através do tempo.

Estados têm existido que por não possuírem, devido a suas origens raciais, a genialidade indispensável, não puderam evitar a sua ruína. O que aconteceu com certas espécies animais dos tempos pré-históricos, que cederam lugar a outras e, por fim, desapareceram completamente,

acontece com os povos, quando lhes falta a força espiritual, única arma capaz de assegurar sua própria conservação! O Estado em si não cria um determinado standard de cultura, pode apenas conservar a raça de que depende essa civilização. Em outra hipótese, o Estado poderá durar centenas de anos, mas se não tiver evitado a mistura de raças, a capacidade cultural e todas as manifestações da vida a ela condicionadas sofrerão profundas modificações. O Estado de hoje, por exemplo, pode, como mecanismo, ainda por muito tempo aparentar vida, mas o envenenamento da raça criará fatalmente um rebaixamento cultural que, aliás, já se nota hoje em proporções assustadoras. Assim sendo, a condição essencial para a formação de uma humanidade superior não é o Estado, mas a raça. (HITLER, 1983, p. 246)

Logo, Hitler salta de condutor da massa para condutor da raça, e com isso seu poder se torna total, e seu lugar natural é o Estado. Esse Estado é um demiurgo que tem a função de controlar a massa, moldar a sociedade e consolidar a nação. Isso significa purificar a raça e dominar o território.

O dever da política externa de um Estado nacionalista é assegurar a existência da raça incluída no Estado, estabelecendo uma proporção natural entre o número e o crescimento da população, de um lado, e, do outro, a extensão e a qualidade do solo. Quando falo em proporção natural refiro-me à possibilidade do Estado de assegurar alimentação a um povo no seu próprio solo. Qualquer outra situação, dure ela séculos ou mesmo milhares de anos, nem por isso é menos natural e, mais cedo ou mais tarde, conduzirá ao enfraquecimento se não ao aniquilamento do povo. Somente um suficiente espaço na terra é que assegura, a um povo a liberdade de existência. Por isso, não se pode julgar a extensão da área de povoamento somente pelas exigências do presente, nem mesmo pela capacidade de produção da terra em referência ao número de habitantes. Pois, como já explanei no primeiro volume, no capítulo "Política de aliança da Alemanha antes da Guerra", cabe à superfície de um Estado, além de sua importância como fonte direta da alimentação de um povo, também nina outra, a de caráter político-militar. Quando um povo tem assegurada a sua alimentação pela extensão de seu território, é ainda necessário considerar a garantia do próprio solo. Esta reside na força política do Estado, que, por sua vez, é determinada por pontos de vista militares e geográficos. Só desse modo pode a nação alemã defender-se como potência mundial. (HITLER, 1983, p. 400)

Na medida em que a questão racial se torna questão de Estado, as relações de poder se consolidam através do domínio do corpo pelo Estado. A eugenia e o militarismo se conjugam como tecnologias de poder capazes de dominar o corpo da

massa, enquanto a ideologia, difundida através da propaganda e da educação, domina as mentes.

O Estado é um meio para um fim. Sua finalidade consiste na conservação e no progresso de uma coletividade sob o ponto de vista físico e espiritual. Essa conservação abraça em primeiro lugar tudo o que diz respeito à defesa da raça, permitindo, por esse meio, a expansão de todas as forças latentes da mesma. Pela utilização dessas forças, promover-se-á a defesa da vida física e, por outro lado, o desenvolvimento intelectual. Na realidade, os dois estão sempre em função um do outro. Estados que não atendem a esse objetivo são criações artificiais, simples mostrengos. O fato de semelhante Estado existir em nada altera essa verdade, assim como o êxito de uma associação de piratas não justifica o saque. Nós, nacionais-socialistas, como defensores de uma nova concepção do mundo, não devemos nunca nos colocar no ponto de vista falso das chamadas "realidades". Se assim acontecesse não seríamos os fatores de uma grande idéia, mas escravos das mentiras em voga. Temos que estabelecer bem claramente a diferença entre o Estado como continente e a raça como conteúdo. Esse continente só tem sentido se puder manter e proteger o conteúdo. Na hipótese contrária, torna-se inútil. Assim, a finalidade principal de um Estado nacionalista é a conservação dos primitivos elementos raciais que, por seu poder de disseminar a cultura, criam a beleza e a dignidade de uma humanidade mais elevada. Nós, como arianos, vivendo sob um determinado Governo, podemos apenas imaginá-lo como um organismo vivo da nossa raça que não só assegurará a conservação dessa raça, mas a colocará em situação de, por suas possibilidades intelectuais, atingir uma mais alta liberdade. (HITLER, 1983, p. 247)

Se a massa está sempre em movimento, a guerra surge como o meio perfeito de dar vazão a essa força. O militarismo controla a massa através da ordem e da repetição, e a guerra põe a massa em ação. Guerra que movimenta a indústria, que se aquece, traz prosperidade, e legitima o discurso político através do bem-estar econômico.

A guerra é combatida em duas frentes: contra os inimigos geográficos, pelo território, e contra os inimigos da raça, pela sua purificação. Logo, a guerra é um fato inerente a nação, seu estabelecimento e reafirmação. E a guerra é uma etapa natural do destino inevitável da nação, que é a materialização da sua superioridade. Reafirmam-se as tradições germânicas da guerra como meio legítimo de afirmação da superioridade. E legitimam-se e naturalizam-se quaisquer ações em qualquer uma das frentes de luta,

porque são parte de uma missão maior – a missão histórica dos *Herrenvölk*¹ – e são praticadas dentro de um campo “justo”: a guerra.

Pode-se considerar a seguinte frase como uma sentença eternamente verdadeira: jamais um Estado foi fundado pela economia pacífica e sim, sempre, pelo instinto de conservação da espécie, esteja este situado no campo da virtude heroica ou da astúcia. O primeiro produz os Estados arianos, de trabalho e cultura, o segundo, colônias judaicas parasitárias. Desde que um povo ou um Estado procura dominar esses instintos, estão atraindo para si a escravidão, a opressão. A crença de antes da guerra de que era possível ter o mundo aberto para a nação alemã ou de fato conquistá-lo pelo método pacífico de uma política de comércio e colonização, era um sinal evidente de que haviam desaparecido as genuínas virtudes que fazem e conservam os Estados. Bem como a intuição, a força de vontade e a determinação que fazem as grandes coisas. Como era de esperar, o resultado imediato disso foi a grande guerra, com todas as suas consequências. Para aquele que não examinasse a questão, essa atitude de quase toda a nação alemã era um enigma indecifrável, pois a Alemanha era justamente um exemplo maravilhoso de um império que surgiu de uma política de força. A Prússia - célula mater do Reich - proveio de grandes heroísmos e não de operações financeiras ou negócios comerciais. E o próprio Reich era o mais maravilhoso prêmio da direção da política de força e da coragem indômita dos seus soldados. (HITLER, 1983, p. 104-105)

Assim, a finalidade principal de um Estado nacionalista é a conservação dos primitivos elementos raciais que, por seu poder de disseminar a cultura, criam a beleza e a dignidade de uma humanidade mais elevada. Nós, como arianos, vivendo sob um determinado Governo, podemos apenas imaginá-lo como um organismo vivo da nossa raça que não só assegurará a conservação dessa raça, mas a colocará em situação de, por suas possibilidades intelectuais, atingir uma mais alta liberdade. (HITLER, 1983, p.247)

De maneira geral, a partir de tudo que foi dito até aqui, podemos fazer as seguintes considerações:

1. O discurso do *Mein Kampf* é fundamentalmente um discurso de crise, sendo esta uma crise dupla, onde está presente tanto a crise da década de 1920 na Alemanha, como fundamentalmente crise da modernidade. Ambas se entrelaçam na realidade, e o discurso busca dar um sentido único ao sentimento geral de desorientação.

¹ Podemos traduzir como “Raça de Senhores”

2. A principal inovação do *Mein Kampf* é que, diferente da maioria dos discursos de crise, meramente cheios de críticas e pródigos em achar culpados, o discurso nazista do *Mein Kampf* de um lado simplifica as causas da crise, e de outro, já oferece a solução, aponta imediatamente um caminho, que se apresenta como igualmente simples.
3. O livro uniu o condutor das massas às ideias políticas. Através do *Mein Kampf* Hitler sistematizou o seu discurso, e deu consistência ideológica ao seu carisma político. E de maneira geral, compôs um conjunto em que uniu um líder, um partido, uma Doutrina e um regime político. E a força desse conjunto se revela não só através da ascensão meteórica dos nazistas na política alemã, mas fundamentalmente através do fato de que os nazistas chegaram as portas do poder total democraticamente, com amplo apoio popular.
4. O discurso do *Mein Kampf* é marcado por um realismo político único. É um livro que fala para as massas como as massas devem ser dominadas. É de uma chocante clareza: fala o que Hitler acreditava que deveria ser feito, como e por que. E até por volta de 1941, tudo aconteceu conforme previsto no livro.
5. A Doutrina nazista exposta no *Mein Kampf* compõe um discurso amplo e direto, que se dirige a um vasto número de atores sociais da Alemanha do início do século XX. Mas com a habilidade de criar consensos, mesmo quando passou por problemáticas de alta controvérsia na sua época. E conseguiu ampla repercussão por ser basicamente um discurso de linguagem acessível, popular. Soube caminhar através do senso comum do seu tempo, ser ouvido e compreendido.
6. O nazismo estabeleceu uma nova ordenação da realidade. Reescreveu a história, instituiu uma nova linguagem, criou novas hierarquias, novos atores e novos papéis sociais. Em suma, criou uma nova organização social e um novo sistema de valores.
7. O *Mein Kampf* não é meramente um livro, mas um símbolo de uma época. E da mesma forma que se põe a inaugurá-la, também se coloca como um guia para ela.
8. A intenção do livro não é primariamente propagar o antissemitismo, mas é através do uso do antissemitismo que já era presente na sociedade alemã – de diversas

- formas – que Hitler e o partido nazista angariaram apoio, e conseguiram simplificar aspectos mais amplos e complexos da sua política.
9. O nazismo não foi uma necessidade histórica. Não existiu um conjunto de fatores que levou necessariamente a Alemanha ao nazismo. Mas o nazismo foi um movimento conduzido por um grupo com grande organicidade dentro da sociedade, e dotado de grande habilidade política, que soube eliminar os antagonismos e as oposições, seja pela força ou pela cooptação.
 10. Aspectos elementares do nazismo, como a política de intolerância contra as minorias, não necessitam propriamente de um Estado totalitário para se estabelecerem. Tanto que já estavam postos no discurso e na prática anos anteriores a conquista do poder total pelos nazistas. E a política baseada na discriminação das minorias e no controle social é possível em diversos regimes políticos, se não, em todos eles.

A máxima da modernidade é a contradição dos princípios sobre os quais ela mesma se assenta. Vários autores, cada um dentro das suas respectivas perspectivas, como Norbert Elias, Hannah Arendt e Eric Hobsbawn costumam pensar no nazismo o colapso da civilização ocidental. O nazismo é o apogeu de um processo histórico que criou e convergiu categorias ao ponto em que elas assumissem autodeterminação capaz de recriar a si mesmas. O nazismo é ao mesmo tempo o paroxismo da razão antropocêntrica e da cosmologia teológica. Essa junção em uma escala jamais imaginada gerou uma civilização que rompeu com maior eficiência até hoje com a antinomia ocidental entre fé e razão, de uma forma em que a razão desmoralizou a fé, e a razão tornou-se completamente acrítica.

E o nazismo também é o apogeu do processo revolucionário moderno, em que o próprio homem tornou-se capaz de produzir por volição própria um novo homem, uma nova civilização. A guerra total é uma consequência do homem total, que produz a si mesmo. A história é divinizada, e passa a ser construída de forma racional, calculada e premeditada. O nazismo é um projeto político de construção de uma nova civilização a partir de uma nova metafísica. Por isso as categorias analíticas tradicionais não dão conta da sua análise, como aponta Hannah Arendt, já que o nazismo é essencialmente a

criação de novas categorias. Tanto a ideia de raça, quanto a ideia de super-homens e sub-homens, são categorias que se conjugam para desintegrar a noção de *humanidade*.

De maneira geral, concluímos que as variáveis históricas geraram rupturas e convergências que possibilitaram o surgimento do ideário nazista, que chegando e se consolidando no poder, passou a operar esse processo – até então subjetivo e estrutural – de forma objetiva e sistemática. O nazismo surge do esfacelamento da estratificação social na modernidade, e culmina com a reorganização geral da sociedade; da crise econômica a planificação da economia; da fragmentação da cultura a imposição de uma política cultural; da crise dos valores e da significação ao estabelecimento de uma nova metafísica.

E o *Mein Kampf* é justamente é o epicentro desse processo em que fatores estruturais e subjetivos se cristalizam em uma Doutrina e um projeto político que vai buscar criar e operar a construção de uma nova metafísica e de uma nova civilização. Em outras palavras, o *Mein Kampf* é o ponto de transição do processo histórico em que o nazismo vai buscar soluções para as crises do seu tempo através de um projeto político de construção de um novo homem, de uma nova história, de um novo espaço e de um novo tempo. E se as ideias que moveram o nazismo não eram necessariamente inéditas, os esforços para colocá-las em prática certamente o foram.